

O TEMPO, A URBANIDADE E O PATRIMÔNIO: UMA ABORDAGEM DE SUAS INTER-RELAÇÕES ORIENTADA A UMA DISCUSSÃO SOBRE O CARÁTER E O PAPEL DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL URBANA NA CONTEMPORANEIDADE¹

***THE TIME, THE URBANITY AND THE HERITAGE: AN APPROACH TO ITS
INTERRELATIONS ORIENTED TOWARDS A DISCUSSION ON THE NATURE
AND ROLE OF URBAN HERITAGE PRESERVATION IN CONTEMPORANEITY***

***EL TIEMPO, LA URBANIDAD Y EL PATRIMONIO: UN ENFOQUE DE SUS
INTERRELACIONES ORIENTADO HACIA UNA DISCUSIÓN SOBRE EL
CARÁCTER Y EL PAPEL DE LA PRESERVACIÓN DEL PATRIMONIO URBANO
EN LA CONTEMPORANEIDAD***

Isabela Cristina De Assis Berg²

DOI: [10.5752/P.2316-1752.2024v31n45p11-29](https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2024v31n45p11-29)

Resumo

O artigo aborda a preservação patrimonial urbana na contemporaneidade, discutindo os impactos provocados no patrimônio urbano por certas transformações efetuadas nos espaços citadinos, associadas notadamente à adoção de um modelo genérico de urbanização, à aceleração e ao presentismo. O artigo aborda, também, as inter-relações desses fatores e fornece um diagnóstico das atuais condições do campo em questão a fim de identificar o caráter e o papel por ele assumidos no presente, bem como seus desafios e contribuições em oposição aos efeitos negativos dos fatores mencionados.

Palavras-chave: Preservação do patrimônio; Patrimônio urbano; Urbanidade contemporânea; Presentismo.

Abstract

The article addresses urban heritage preservation in contemporaneity, discussing the impacts caused on urban heritage by certain transformations carried out in city spaces, notably associated with the adoption of a generic model of urbanization, acceleration, and presentism. The article also explores the interrelations of these factors and provides a diagnosis of the current conditions of the field in question to identify the character and role it assumes today, as well as its challenges and contributions in opposition to the negative effects of the mentioned factors.

Keywords: Heritage preservation; Urban heritage; Contemporary urbanity; Presentism.

¹ Este artigo abarca discussões contidas em capítulo integrante da dissertação da autora, elaborada no âmbito do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Arquiteta e urbanista pela PUC Minas, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professora do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas (IEC/PUC Minas), Membro do Laboratório Interpretar Arquitetura (UFMG) e do grupo de pesquisa Patrimônio Ambiental e Cultural no Brasil (PUC Minas).

Resumen

El artículo aborda la preservación del patrimonio urbano en la contemporaneidad, discutiendo los impactos provocados en el patrimonio urbano por transformaciones realizadas en los espacios ciudadanos, asociadas notablemente a la adopción de una urbanización genérica, la aceleración y el presentismo. Además, explora las interrelaciones de estos factores y ofrece un diagnóstico de las condiciones actuales del campo en cuestión para identificar su carácter y su papel en el presente, así como sus desafíos y contribuciones en oposición a los efectos negativos de los factores citados.

Palabras clave: Preservación del patrimonio; Patrimonio urbano; Urbanidad contemporánea; Presentismo.

INTRODUÇÃO

Vivemos em tempos líquidos, assim dizia o sociólogo Zygmunt Bauman em muitas ocasiões, referindo-se à condição das nossas vidas no contexto da contemporaneidade. Isso porque a época atual, à qual ele atribuiu o nome de modernidade líquida (Bauman, 2001), pode ser caracterizada por aspectos como fluidez, efemeridade, instabilidade das relações e instituições. Tais elementos vêm associados a sentimentos de incerteza e insegurança relacionados ao fato de que talvez nunca se tenha experimentado tão intensamente a afirmativa do filósofo Heráclito, segundo a qual nada é, tudo está sendo. Uma experiência que abre, por conseguinte, um amplo espaço para o surgimento e o cultivo de dúvidas em relação ao que amanhã virá a ser.

Para o filósofo Marshall Berman, portador de concepção semelhante à de Bauman, a modernidade, que ele por sua vez define como a experiência “de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida” compartilhada em nossos dias pela humanidade de modo geral (Berman, 2007, p. 24) poderia ser então representada por um indivíduo que se vê:

[...] em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”. (Berman, 2001, p. 24).

A desintegração e mudança, a contínua passagem de uma condição a outra e uma solidez passível de desfazimento são fatores que nos remetem, pois, à ideia de uma transitoriedade que corresponde, por seu turno, à ideia de uma duração das coisas no tempo, mesmo que imprevisível. Um tempo que, diga-se de passagem, a cada dia parece correr mais veloz - mesmo sem qualquer evidência científica que ateste qualquer alteração real neste sentido - e que o filósofo François Hartog (2013), na obra “Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo”, aborda em uma tentativa de compreender como está relacionado à forma das sociedades de cada época lidarem com a construção da História. A nossa, a sociedade contemporânea, estaria mergulhada,

segundo ele, em um presentismo caracterizado por aspectos como aceleração, perda de referências no passado e ausência de perspectivas no futuro - ou, pelo menos, por uma relação diferente, resultante de uma atual crise no tempo, com ambas as dimensões em comparação com as relações definidas pelas sociedades de outros períodos.

O também filósofo Olivier Mongin (2009), em sua leitura própria da contemporaneidade contida na obra "A condição urbana: a cidade na era da globalização", igualmente identifica um processo de contínua aceleração: dos fluxos, da expansão urbana e da vida, para além daquela verificada em relação ao tempo. E esta última, não sendo uma aceleração em direção ao futuro, tampouco um movimento retrógrado em direção ao passado, corresponde, tal como na visão de Hartog, a uma aceleração verificada no próprio presente - portanto, presentista - condicionada, dentre outros fatores, pela ditadura da velocidade dos deslocamentos e pelo ritmo desenfreado de crescimento das cidades da era pós-industrial.

O que podemos designar como uma espécie de culto à velocidade já nos era, contudo, anunciado há certo tempo - mais especificamente desde a primeira década do século passado - por figuras como o artista Filippo Marinetti, o qual, nas linhas de seu "Manifesto Futurista", expressava o desejo da época de "entoar hinos ao homem que segura o volante, cuja haste ideal atravessa a Terra, lançada também numa corrida sobre o circuito de sua órbita" (Marinetti, [20--]). Porém, Marinetti naquele momento talvez não tivesse condições de prever os efeitos prejudiciais que acompanhariam essa permanente aceleração: ela conecta os espaços ao mesmo tempo em que os homogeneiza, dilui a duração dos trajetos enquanto digere lugares e fomenta a criação de não-lugares, esmaece a referência do que consiste em estar dentro e fora do espaço urbano e contribui, assim, para caracterizar aquilo que Mongin identifica pelo conceito de urbano generalizado.

A implantação de formas genéricas de traçado e a inserção de objetos arquitetônicos igualmente genéricos em contextos definidos por características tradicionais próprias podem ser tomados como exemplos dos fatores abarcados por esse processo, dos quais derivam transformações significativas na conformação dos sítios. E enquanto, por um lado, essas transformações atendem às demandas - ou, talvez seja mais apropriado dizer, imperativos - da globalizada urbanização contemporânea, por outro, negligenciam o caráter particular desses sítios, gerando efeitos que, sob a perspectiva da conservação e da experiência patrimoniais, podem ser qualificados como seriamente danosos. Referimo-nos aqui, para além da gradativa eliminação de referenciais culturais, às interferências nos modos pelos quais os indivíduos passam a percorrer e experimentar os espaços da cidade, efetuar destes a leitura e apreensão, e ainda àquelas interferências que se dão na maneira pela qual os mesmos indivíduos passam a perceber e se relacionar com o tempo, isto é, associar passado, presente e futuro em suas vivências, das quais frequentemente o patrimônio se constitui como parte.

Tal panorama, diante daquela que reconhecemos como clara, direta e ampla vinculação do campo do patrimônio urbano às dimensões do espaço e do tempo - afetadas simultaneamente pelos

fenômenos da generalização do urbano, do presentismo e da aceleração -, impõe, portanto, duas tarefas fundamentais àqueles que se dedicam a tal campo: uma, permanente, do empenho em sua vigorosa defesa, e outra correspondente à realização de uma análise crítica sobre suas atuais condições, centrada naquelas que constituem suas mais significativas ameaças. Essa análise, a nosso ver útil à compreensão de nossa própria forma de lidar com o espaço e o tempo em nossas vidas hoje, deve, sobretudo, auxiliar-nos a compreender melhor o caráter e o papel da preservação patrimonial urbana no contexto contemporâneo, tendo-se especialmente em vista suas potenciais contribuições ao combate dos efeitos nocivos dos três fatores supracitados.

Ao longo deste artigo trataremos de apresentar, então, algumas de nossas reflexões a respeito de tais questões. Para iniciar, partiremos de abordagens sintéticas dos temas do tempo e da urbanidade na contemporaneidade, fundamentadas respectivamente nas já mencionadas obras de *François Hartog* e *Olivier Mongin*. Em seguida, nos dedicaremos a uma discussão focada no tema do patrimônio urbano, a partir, principalmente, de proposições do engenheiro, consultor e legislador patrimonial, *Gustavo Giovannoni* - contribuindo para destacar, com isso, a atualidade de seu pensamento -, da historiadora *Françoise Choay* e do historiador *Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes*. Por fim, concluindo nosso texto, traremos nossas considerações finais, as quais esperamos que oportunamente possam vir a ensejar outros caminhos de investigação e reflexão sobre os temas e questões aqui discutidos.

O TEMPO

Em 'Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo', François Hartog nos apresenta os conceitos de regime de temporalidade, regime de historicidade e presentismo. O primeiro compreende as formas que as distintas sociedades encontraram para estabelecer suas relações com o passado, presente e futuro, adotando para tanto referenciais baseados naquele que, citando Fernando Braudel, o filósofo chama de um tempo exógeno, isto é, um tempo definido segundo as métricas estabelecidas pela matemática ou pela astronomia (Hartog, 2013, p, 12). De um regime de historicidade já se pode dizer que, ao contrário de um regime de temporalidade,

[...] não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; é construído pelo historiador. Não deve ser assimilado às instâncias de outrora; um regime que venha suceder mecanicamente a outro, independentemente de onde venha. Não coincide com as épocas [...] e não se calca absolutamente nestas grandes entidades incertas e vagas que são as civilizações. Ele é um artefato que valida sua capacidade heurística. Noção, categoria formal, aproxima-se do tipo-ideal weberiano. Conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma. (Hartog, 2013, p. 12-13).

Portanto, poder-se-ia dizer que ele é "a expressão de uma ordem dominante do tempo" (Hartog, 2013, p. 139). "Tramado por diferentes regimes de temporalidade", consiste, enfim, em "uma

maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo - modos de articular passado, presente e futuro - e de dar-lhes sentido" (Hartog, 2013, p. 139).

Entre esses modos de tradução e ordenamento encontram-se duas categorias de regimes de historicidade, que são a *historia magistra* e o regime moderno. Na primeira, o passado figura como elemento-chave para o entendimento e orientação tanto do presente quanto do futuro, os quais nunca o superam, uma vez que encontram-se condicionados por ele. Já no regime moderno, a história vê-se compreendida como processo, o que significa dizer que "os acontecimentos não se produzem mais somente no tempo, mas através dele: o tempo torna-se ator, se não o Ator" (Hartog, 2013, p.137). Assim, "a exigência de previsões substitui as lições da história, já que o passado não explica mais o futuro" (Hartog, 2013, p.137).

O presentismo - neologismo criado por Hartog à semelhança do termo "futurismo" - é, por sua vez, aquele identificado pelo filósofo como o regime de historicidade na lógica do regime moderno a melhor retratar nossa época, sendo equivocado, entretanto, tratá-lo como um fenômeno exclusivo da contemporaneidade diante do reconhecimento daqueles que podem ser considerados vestígios presentistas em obras de autores clássicos como Horácio, Marco Aurélio e Goethe³ - além do próprio futurista e já citado Marinetti⁴. Aquilo a que devemos nos atentar, portanto, são as razões que permitiram que ele alcançasse *hoje* o posto de regime dominante, e essas correspondem, segundo Hartog, especialmente à ocorrência de eventos traumáticos, como: as catástrofes das duas grandes guerras mundiais, os pós-guerras e suas crises, a ameaça nuclear e o terrorismo. Embora parcialmente sublimados por períodos de forte crença das comunidades no alvorecer de tempos melhores, por atmosferas de otimismo derivadas de fases de crescimento econômico como o Milagre Alemão que se sucedeu à Segunda Guerra, são eventos que, de todo modo, contribuíram para enraizar na vida dos indivíduos o sentimento da possibilidade de verem seus projetos ameaçados a qualquer instante. E então, a partir do somatório dessas experiências,

Pouco a pouco [...] o futuro começava a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupá-lo por inteiro. Entrávamos então em um tempo de supremacia do ponto de vista do presente: aquele do presentismo, exatamente. (Hartog, 2013, p. 142).

³ Hartog (2013) identifica o presentismo na seguinte citação de Horácio: "Convence-te que cada dia novo que nasce será para ti o último. Então é com gratidão que tu receberás cada hora inesperada". Em se tratando de Marco Aurélio, os vestígios presentistas estão contidos no seguinte texto: "Se separas de ti mesmo, isto é, de teu pensamento [...] tudo o que tu fizeste ou disseste no passado, tudo o que no futuro te atormenta, tudo o que escapa ao teu livre arbítrio, se separas [de ti mesmo] o futuro e o passado, se te aplicas em viver somente a vida que vives, isto é, somente o presente, poderás passar todo o tempo que te resta até a morte com calma, benevolência, serenidade". Por fim, em Goethe, o presente é exaltado quando este diz: "Então a mente não olha nem para frente, nem para trás. Só o presente é nossa felicidade".

⁴ "Nós estamos no promontório extremo dos séculos!... Por que haveríamos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Nós já estamos vivendo no absoluto, pois já criamos a eterna velocidade onipresente" (Marinetti, [20--]).

Atualmente, são notadamente as crises mundiais e o desemprego em massa – que fazem do tempo dos trabalhadores um “tempo cotidiano, sem projetos possíveis”, “um tempo sem futuro” (Hartog, 2013, p. 148) – os responsáveis por esse profundo afogamento no presente. E assim, considerando as promessas vanguardistas do início do último século, chegamos ao ponto de ver que, afinal,

O futurismo deteriorou-se sobre o horizonte e o presentismo o substituiu. O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato. (Hartog, 2013, p. 148).

Para uma simples e rápida verificação desse imediatismo presentista que nos rodeia, bastaria, por exemplo, como recomenda Hartog, abrirmos nossos olhos e olharmos à nossa volta, “percorrendo estas grandes cidades do mundo para as quais o arquiteto holandês *Rem Koolhaas* propõe o conceito de ‘cidade genérica’, associado ao de *Junkspace*” (Hartog, 2013, p. 15, grifo do autor); pois nelas, prossegue o filósofo:

[...] o presentismo é rei, corroendo o espaço e reduzindo o tempo, ou o expulsando. Liberada da servidão ao centro, a cidade genérica não tem história, mesmo que busque com afincos se dotar de um bairro-álibi, onde a história é resgatada como uma apresentação, com trezinhas ou caleches. (Hartog, 2013, p. 15).

Quando se trata da inserção do modelo de urbanização da cidade genérica nas ditas cidades históricas – a qual, diga-se de passagem, em muitos casos costuma ocorrer a despeito da existência de mecanismos legais de proteção aplicados a esses sítios – compreende-se, pois, o porquê ela fomenta o processo verdadeiramente corrosivo que vem acometendo tais cidades especialmente ao longo das últimas décadas; oriundo, sobretudo, de uma veemente – quiçá intencional, às vezes – negligência às incompatibilidades entre diferentes tipos de urbanização. Passamos a assistir, desta forma, à eliminação de referenciais tradicionais das culturas locais que, por serem vistos como símbolos de retrocesso e entraves ao desenvolvimento, devem ceder seu lugar aos assim considerados novos símbolos globais da modernidade e do progresso. Ou vemos esses referenciais e seus respectivos entornos serem relativamente conservados por seu potencial para a exploração da atividade turística e serem, em seguida, inseridos no que Choay (2006, p. 223) designa como um “processo planetário de banalização e standardização das sociedades e de seu meio” – o que significa, em outros termos, sua conversão em produtos para o consumo cultural:

A indústria patrimonial desenvolveu os recursos de embalagem que também permitem oferecer os centros e os bairros antigos como produtos para o consumo cultural. Estados e municípios a eles recorrem, de forma reservada e discreta ou abertamente, em razão de suas opções sociais e políticas, mas sobretudo de acordo com a natureza (dimensões, caráter, recursos) do produto a ser lançado e segundo a importância relativa da renda que se espera obter. Um arsenal de dispositivos consagrados pela prática permite atrair e fazer que permaneçam os amantes da arte, organizar o uso do seu tempo, desambientá-los mantendo-se a familiaridade e o conforto [...].

[...] o empreendimento traz, no entanto, efeitos secundários, em geral perversos. A "embalagem" que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas. (Choay, 2006, p. 224-226).

O gradativo distanciamento dos indivíduos em relação a suas práticas e costumes, a seu passado e sua história tende, então, a surgir como outro efeito colateral importante no curso desses processos. E isso, por sua vez, favorece a perda dos significados e valores atribuídos àquele passado e àquela história, logo, a possibilidade da completa descaracterização ou eliminação do conjunto de bens patrimoniais que os representam. Termina sendo continuamente reforçado, deste modo, o domínio presentista, estabelecendo-se aí uma espécie de círculo vicioso que, junto de outros fatores, exerce direta e ampla incidência sobre o caráter da urbanidade contemporânea.

A URBANIDADE

Na perspectiva de Olivier Mongin, o vertiginoso processo de crescimento que acompanha a urbanização contemporânea - estimulado pela globalização, pelas telecomunicações, pelas tecnologias do virtual e pelos fluxos do transporte -, ao mesmo tempo em que, por um lado, como dizia Berman, aparenta contribuir para unir a humanidade, por outro contribui com a homogeneização dos sítios ao redor do mundo e permite que se fale, inclusive, de uma era pós-cidade (Mongin, 2009, p. 31). Assim, se pensamos especificamente nas condições de antigos núcleos urbanos, dotados de características bastante peculiares no que tange a seu modelo de urbanização e aos tipos de experiências urbanas que são capazes de proporcionar, é fácil reconhecermos, pois, os danos que inevitavelmente tendem a sofrer com a instalação de tais processos, constatando-se que, de modo geral,

O espaço citadino de ontem, seja qual for o trabalho de costura dos arquitetos e dos urbanistas, perde terreno em benefício de uma metropolização que é um fator de dispersão, de fragmentação, e de multipolarização. (Mongin, 2009, p. 18).

Ocorre que, através de seu processo de expansão, as cidades têm a possibilidade de estabelecer vínculos com regiões situadas muito além de suas fronteiras geográficas. Esse movimento centrífugo termina abrindo espaço para a fragilização e o rompimento das tradicionais relações com contextos mais próximos, resultando na percepção dos indivíduos de que aparentemente, ao final, tudo se torna um só lugar - ou, igualmente se poderia dizer, lugar nenhum -. A urbanidade contemporânea, termo entendido como a dinâmica que se manifesta a partir do urbano, estaria assim, para Mongin, vinculada à noção de urbano generalizado, que ele emprega para referir-se não a "uma rede de cidades que coexistem, mas [a] uma rede urbana pré-existente que pesa sobre lugares que devem

se adequar à sua velocidade e à sua escala” (Mongin, 2009, p. 162). E a partir de tal vinculação, essa modernidade termina abarcando a redução da qualidade do que o filósofo entende por experiência urbana, a qual consiste, antes de tudo, em uma experiência corporal. É com o corpo e a totalidade dos sentidos, afinal, como já nos advertia o filósofo Maurice Merleau-Ponty (2011), que vivemos nossas experiências no mundo e, logo, das cidades, pois:

Há cheiros na cidade e não somente em Mumbai, em Marselha ou no Cairo; há barulho nas cidades, barulhos dissonantes, bizarros, insuportáveis, fascinantes, a fricção de corpos que nem sempre são atos de sedução disfarçados. Seguir o corpo na cidade equivale a colocar em cena as relações que a estrutura urbana institui entre corpos e espíritos. A experiência urbana se inscreve em um lugar que torna possíveis práticas, movimentos, ações, pensamentos, danças, cantos, sonhos. (Mongin, 2009, p. 33).

É condição fundamental à experiência urbana, portanto, a de que esse corpo tenha, antes, um “lugar para ser” (Mongin, 2009, p. 241). E é esta condição que se vê prejudicada, ao menos limitada em seu potencial, quando analisamos brevemente, por exemplo, o caráter dos fluxos de circulação das cidades atuais e seus efeitos sobre o modo como os indivíduos realizam seus deslocamentos. Primeiramente, vemos que para percorrer trajetos cada vez mais longos, decorrentes da expansão urbana, esses indivíduos necessitam recorrer ao auxílio de meios de transporte, já que os percursos realizados a pé resultam, em muitos casos, inviáveis. Esses meios, por sua vez, que tendem a atender às demandas de um tempo continuamente percebido como acelerado e a atravessarem, logo, as cidades sempre apressados, contribuem para reforçar a sensação de continuidade entre os lugares, comprometendo a identificação e apreensão de suas particularidades. Isto porque “quando reina o contínuo, passa-se de um lugar a outro pura e simplesmente sem se dar conta disso; e quando ainda reina o descontínuo, passa-se de um lugar a outro experimentado-o” (Mongin, 2009, p. 22).

Deste modo, em face de um expressivo empobrecimento das experiências corporais e sensoriais dos indivíduos em seu contato com os espaços citadinos na atualidade – isto é, em face do empobrecimento da experiência urbana –, é possível, então, ponderarmos que a cidade, tal como concebida até certo tempo atrás, enfrenta uma grave crise e encontra-se efetivamente em um processo de desinvenção, como avalia Mongin. Neste sentido, é preciso termos em vista que hoje “esquece-se demais que urbanização não é sinônimo de cidade” (Choay *apud* Mongin, 2009, p. 239), ignorando-se, por conseguinte, o fato de que

Se a experiência do lugar passa por uma antropologia do corpo que é a condição de uma abertura para o mundo, da criação de limiares e da instituição de ligações entre um fora e um dentro, ela não é indissociável de uma edificação e de um sítio.

[...] A existência de um lugar que se distingue do não lugar [...] é a condição inicial de uma experiência urbana. (Mongin, 2009, p. 241).

A partir da adoção de estratégias a que se refere como a travessia da cidade e do urbano em três tempos, Mongin (2009, p. 24-25) considera possível, entretanto, encontrar alternativas à subversão de tal processo de desinvenção da cidade e, por conseguinte, daquele correspondente ao empobrecimento da experiência urbana. Essas estratégias são, a saber: 1) a travessia das cidades idealizadas, com o intuito de se desenhar um tipo ideal de condição urbana que possa nos oferecer "o que ver, sobre o que agir e pensar" (Mongin, 2009, p. 24); 2) a travessia que acompanha o futuro do urbano na era da globalização, destacando-se os fenômenos de fragmentação e de emergência de uma economia de arquipélago com o intuito de se "repensar o papel da experiência urbana e a constituição de lugares que dão ensejo à *vida activa*" (Mongin, 2009, p. 24, grifo do autor); 3) por fim, a travessia que deve questionar se os lugares formatados pela urbanização contemporânea permitem o habitar e a instituição de práticas democráticas. Assim, segundo ele, seríamos capazes de resgatar os aspectos da cidade que ainda sobrevive como ideal e, no contexto atual, adaptá-los e incorporá-los, propondo meios de se restaurar os limites, criar lugares, subverter a lógica moderna dos fluxos, favorecer a mobilidade e estimular o envolvimento e a participação dos atores da cidade.

Mas, se as figuras do arquiteto e do urbanista no cumprimento dessa tarefa são, como se pode deduzir, imprescindíveis, bastar-lhes-ia então envolver-se em um embate como aquele travado no século XIX pelos defensores do urbanismo culturalista contra o urbanismo progressista? Claramente não, haja vista que, tal como atestará Mongin, a instalação de uma nova cultura urbana é um fato. E esta nova cultura abre espaço para uma solução pautada - especialmente no caso de sítios antigos, pode-se dizer - pela organização de uma espécie de cidade de caráter híbrido que "exige pensar a cultura urbana em termos de juntura, de costura, entre o antigo e o novo, entre o centro e a periferia, e não voltar à boa cidade clássica" (Mongin, 2009, p. 247). Trata-se de proposições que nos remetem, afinal, diretamente àquelas formuladas por Gustavo Giovannoni já nas primeiras décadas do século passado a partir de sua lida com a questão da preservação do patrimônio.

O PATRIMÔNIO

Gustavo Giovannoni, dotado de ampla e expressiva atuação no campo da preservação patrimonial em seu país de origem, a Itália, é, ainda hoje, em vista da notória pertinência de suas proposições ao contexto atual, figura de capital importância quando se trata de abordar, em especial, a problemática da conservação de antigos núcleos urbanos em face da ocorrência de processos descaracterizantes. Cumpre ressaltar, a propósito, que ao próprio Giovannoni é atribuído papel fundamental na formulação e consolidação do conceito de patrimônio urbano. Tendo sido ele, dentre outros importantes feitos, o responsável pela criação da disciplina de restauro urbano, pela definição do conceito de ambiente dos monumentos, pela introdução desse na legislação italiana relativa à proteção do patrimônio e sua aplicação na tutela dos velhos sítios.

No que diz respeito especificamente ao conceito de patrimônio urbano, como se pode então constatar, é relativamente novo se comparado, por exemplo, ao conceito de patrimônio histórico, cujas origens remontam ao século XV. As origens do primeiro, no caso, residem particularmente nas grandes transformações espaciais urbanas que se seguiram à Revolução Industrial, destacando-se aquelas provocadas pelas reformas realizadas nas cidades de Paris, Barcelona e Viena em meados do século XIX, geradoras de uma “perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares” e, enfim, de um veemente contraste entre o caráter da velha e da nova cidade (Choay, 2006, p. 179). Deve-se pontuar, contudo, que as notórias perdas sofridas pelos antigos sítios à época não motivaram de imediato a adoção de medidas para sua preservação, o que na realidade somente ocorreu – tal como se deu com a própria noção de patrimônio urbano histórico – através de um processo, ou melhor dizendo, de “uma dialética entre história e historicidade” (Choay, 2006, p. 179-180) que culminou na abordagem historial da cidade antiga – defendida por Giovannoni. Nesta abordagem, os velhos núcleos são compreendidos simultaneamente como monumentos e como organismos vivos, cuja sobrevivência é condicionada pela manutenção adequada das dinâmicas particulares que lhe são inerentes, justificando-se, assim, a preocupação do engenheiro em defender, entre outros temas, a necessidade de:

[...] todo fragmento urbano antigo [...] ser integrado num plano diretor (*piano regolatore*) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, “pela manutenção do caráter social da população”. (Choay, 2006, p. 200).

Giovannoni, como se pode atestar em uma leitura atenta de “Velhas cidades e nova construção urbana” (“*Vecchie città ed edilizia nuova*”, no idioma original), texto de sua autoria publicado em 1913, não condena as relações entre a nova e a chamada velha vida. Logo não faz absoluta oposição à ocorrência de transformações nos antigos centros urbanos, como tampouco invalida as arquiteturas de linguagem moderna – acusações das quais, diga-se de passagem, em muitas ocasiões foi alvo. A questão central para ele é a de que se saiba dispor cada coisa adequadamente em seu devido lugar, atentando-se à premissa fundamental de “transformar-se e renovar-se [...] *cum juicio*, não prescindindo do tipo atual, mas o acompanhando” (Giovannoni, 2013, p. 143) – o que corresponde a dizer que as intervenções devem adaptar-se às condições preexistentes e demonstrar respeito pelo conjunto de elementos e aspectos que configuram a cor local e atmosfera artística de cada sítio.

É devido pontuar que essa leitura *giovannoniana* da cidade não se restringe a seu autor ou momento histórico, podendo ser notada em um conjunto de proposições datadas de décadas posteriores, como aquelas de autoria do arquiteto e teórico do campo do patrimônio *Roberto Pane*. Esse, em contraposição à ideia de inconciliabilidade entre edificações modernas e antigas defendida pelo historiador, crítico de arte e também teórico do patrimônio *Cesare Brandi*, dirá, afinal, que

A tese da inconciliabilidade entre a edificação nova e a antiga está baseada, substancialmente, em uma fatalista aceitação do fato concluído, generalizando-o como um dado inevitável e definitivo para as experiências que se deverão concluir amanhã. Desta forma, as dimensões dos modernos edifícios e o uso do cimento e do ferro, na atroz banalidade das suas formas correntes, seriam, e não poderiam deixar de ser, a imagem mais afirmada da inconciliabilidade. O equívoco aí está em esquecer as numerosas experiências positivas de aproximação do novo ao antigo (...) realizadas sem qualquer renúncia à modernidade (...). Aquilo que na tese da intransigência parece francamente absurdo é querer ignorar a evidente realidade histórica da estratificação que se concluiu no passado configurando, com os seus contrastes, o ambiente que desejamos salvar, e a negação que a mesma situação possa e deva ocorrer também no presente [...]. (Pane, 1959 *apud* Andrade Júnior, 2008, p. 5).

Neste mesmo sentido, o arquiteto e teórico da arquitetura Aldo Rossi, de sua parte, proporrá o reconhecimento da cidade como “uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta” (Rossi, 1995, p. 1) e como “um artefato, como obra de arquitetura ou engenharia que cresce no tempo” (Rossi, 1995, p. 23). “Artefato”, termo que será também utilizado por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses para caracterizar a cidade, concebida como um artefato produzido não em uma atmosfera abstrata, mas no âmbito de um campo de forças de que emergem representações sociais (Meneses, 2006, p. 36). Ainda Mongin, reforçando tais proposições, reconhecerá, afinal, que “a cidade é toda estratificação, de tempos e de espaços acumulados, de ordens feitas e desfeitas [...], uma narrativa”, cuja configuração “(a cidade como palimpsesto) se inscreve em um presente que condensa toda uma história” (Mongin, 2009, p. 57-58).

Porém, se anteriormente consideramos que o presente encontra-se despojado de referências tanto no passado quanto no futuro, como diria Hartog, surge-nos a indagação acerca de quais seriam as possíveis leituras atuais das narrativas patrimoniais associadas aos antigos sítios urbanos. A esse respeito Freire (1997, p. 100), por exemplo, pondera, servindo-se das proposições de Alois Riegl, que a interpretação dos monumentos “se altera com as concepções, sempre mutantes, de tempo e história”. Por isso, na atualidade não seria de todo equivocado conceber que “a aceleração do tempo faz com que qualquer experiência de temporalidade que extrapole o presente imediato, especialmente em direção ao passado, seja ininteligível, inalcançável, insondável” (Freire, 1997, p.100).

Não obstante, retomando o tema da indústria patrimonial já citada, observamos que ela visa desenvolver estratégias para tentar promover o que chama de “contato com o passado” nos sítios em que se faz presente. Trata-se, a bem da verdade, de um contato superficial, no qual ela própria, atuando na mediação do diálogo entre monumentos e o público, termina por interferir na recepção daqueles por este último. Assim,

Nessas circunstâncias, ver e saber perto de si a densa presença dos testemunhos da arte do passado e de hoje, abre apenas um acesso ilusório. Essa “real presença” de nada serve se não se reúnem as condições de sua recepção, a começar pelo recolhimento no tempo e o silêncio: ultrapassado um certo limiar, tanto no museu

quanto diante e dentro de monumentos, o fluxo dos visitantes reduz ou mata o prazer da arte. (Choay, 2006, p. 230).

Neste sentido, é sabido que, entre os efeitos provocados pela referida indústria nos antigos sítios, há o aumento na quantidade de visitantes que esses recebem, o qual conforma, em muitos casos, o fenômeno do chamado turismo de massa. E ao percorrerem tais sítios, esses vários visitantes são – seja por influência de informações encontradas em livretos que adquirem, seja por influência de guias que eventualmente os acompanham – induzidos a seguir aquilo que podemos designar como um repertório patrimonial, ou seja, a visita feita apenas a determinados monumentos, em uma determinada sequência e/ou em determinado momento do dia, etc. Tornam-se comuns, assim, as cenas de grupos que desembarcam ávidos diante de algum edifício ou praça e buscam o melhor ângulo para tratarem logo de fazer suas fotos ou *selfies* para, em seguida rapidamente embarcarem em suas vans ou ônibus rumo ao próximo ponto do mapa. Trata-se de uma experiência que, além de gerar certos impactos sobre a dinâmica de vida de habitantes⁵, não permite que esses indivíduos percebam e se conectem de fato à real presença do monumento mencionada por Choay, e que não faz mais do que reforçar as dinâmicas da aceleração e do presentismo, uma vez que não se preocupa em promover aquele necessário recolhimento no tempo, igualmente mencionado pela autora, para a vivência da experiência patrimonial em sua plenitude: o tempo de percorrer, perceber e experimentar os lugares da cidade com suas qualidades sensoriais; o tempo de apreender verdadeiramente o caráter de cada lugar e de seus monumentos para poder neles reconhecer signos e mensagens importantes; o tempo de tornar-se consciente do próprio tempo através da possibilidade de estabelecimento de uma comunicação com as dimensões do passado, presente e futuro, da compreensão de suas interconexões e de nosso próprio e pleno entrelaçamento a elas.

Essa condição, também abordada por Meneses em uma discussão sobre as premissas que orientam, hoje, o trabalho no campo do patrimônio, é assim analisada pelo autor:

Nessa imagem⁶, no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: – “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós.

[...]

Conviria começar por identificar as diferenças cheias de implicações entre a velhinha, os turistas [...]. Ela, ao que tudo indica, é uma habitante do lugar que também abriga a catedral. Sua ação é plenamente territorializada: nada nela indica que seu procedimento se dissocia dos demais espaços contíguos em que se

⁵ Baseamo-nos aqui em diversos relatos encontrados em reportagens divulgadas na mídia, fornecidos por moradores de cidades como Lisboa, Madri e Veneza, que atualmente tentam encontrar meios de conter o avanço desenfreado do turismo e de seus efeitos colaterais negativos.

⁶ Aqui o autor faz referência a uma imagem vista por ele em uma revista ilustrada francesa.

desenrolaria sua vida cotidiana, a começar pelas roupas simples, do dia a dia e pelo fato de se encontrar sozinha, apesar das carências trazidas pela idade. Aliás, ela pode ser rigorosamente considerada o protótipo do *habitante* - para o que a cotidianidade é pré-condição.

[...]

Já para os turistas, a atividade que executam se revela desterritorializada, seccionada de seu cotidiano, opondo-se mesmo a ele, pois desprendida de habitualidade. De qualquer forma, pressupõe-se um fosso entre o cotidiano desses turistas e o tempo/espaço comprimido da visita à catedral. (Meneses, 2009, p. 26-27, grifo do autor).

Deste modo, ao recolhimento no tempo, compreende-se que é preciso, para a experiência patrimonial, encontrar-se associado também um recolhimento no espaço. E isto se vincula à fundamental consideração de que igualmente importantes para a percepção dos sítios antigos e de seus monumentos - e, logo, para a referida experiência patrimonial - também são, evidentemente, as condições ambientais. Isto é, as condições do espaço em que se realiza a percepção desses elementos, uma vez que interferem diretamente em tal percepção. Tão grande, aliás, é a interferência possível de ser exercida que vemos Giovannoni, em uma abordagem do conceito de ambiente dos monumentos, chegar a afirmar, por exemplo, que

[...] as condições extrínsecas têm, na percepção do verdadeiro valor da obra em si, importância comparável à das condições intrínsecas, senão maior, de modo que "danificar a perspectiva" de um monumento pode quase equivaler à sua completa destruição. (Giovannoni, 1928, p. 188, tradução nossa⁷).

A isso se vê relacionada, pois, a aludida preocupação *giovannoniana* com o caráter das transformações permitidas nos velhos núcleos, manifestada, por exemplo, em sua igualmente aludida defesa pela inserção desses nos planos diretores e pela adoção de um *juicio* apropriado na realização de quaisquer intervenções. Preocupação que podemos compreender, a propósito, constatando a condição de inúmeras construções e conjuntos na atualidade, aparentemente deslocados de seus contextos originais, profundamente alterados pela inserção de novos tipos de traçado e/ou de edifícios desprovidos de qualquer articulação ao caráter do ambiente preexistente. Em relação a esses tipos de intervenções arquitetônicas, em particular, é válido observar que

Os lingüistas (*sic*) nos ensinaram o valor semiótico do contraste. O sentido constrói-se (*sic*) na contigüidade (*sic*), com base na diferença, mas desde que a justaposição dos signos se converta em *articulação*. Os elementos arquitetônicos modernos (ou pós-modernos), que se supõe valorizarem a cidade antiga, fazem-no efetivamente, desde que respeitem essa articulação e suas regras morfológicas e que não sejam implantados, como em geral acontece, na malha urbana histórica de forma

⁷ Original em italiano: "[...] le condizioni estrinseche hanno nella percezione e nell'apprezzamento dell'opera stessa nel suo vero valore importanza paragonabili alle condizioni intrinseche; talvolta anche l'hanno di tanto maggiore, che il 'danneggiare la prospettiva' di un monumento può quasi equivalere alla sua distruzione completa".

autônoma, como objetos independentes e auto-suficientes (*sic*). (Choay, 2006, p. 225, grifo nosso).

Neste último caso, trata-se de construções que, deste modo, terminam desempenhando a função de verdadeiras máquinas celibatárias (Mongin, 2009, p. 248) no contexto das cidades antigas e que, não preocupadas em integrar-se a esse contexto com o devido respeito, muitas vezes buscam, em vez disso, sobressair-se em relação a ele. Deve-se salientar que para esta postura também contribui, a propósito, a própria aceleração contemporânea, porque, à medida que a velocidade dos deslocamentos compromete a diferenciação dos elementos na percepção geral da paisagem, obras desejosas de atenção particular recorrem, para obtê-la, à espetacularização. Assim, por fim, ocorre que “essa vontade de preservar, que impulsiona a construção de monumentos, choca-se com a alteração permanente do contexto em que são edificadas. Se diluem como referências espaciais num contexto mutante” (Freire, 1997, p. 100).

Nesse embate, é preciso ter em vista que os sítios antigos, enquanto organismos vivos que são – como já nos dizia Giovannoni –, seguirão passando por transformações, adaptando-se a necessidades que vão se apresentando com o passar dos anos, e nisso, como é importante pontuar, não reside a verdadeira causa do problema. Esta reside, sim, como indicado previamente, no caráter dessas transformações, cuja lógica deve, particularmente hoje, em vista dos inúmeros danos causados, ser urgentemente revista. Desta forma, em vez de se acreditar que não há convivência possível entre o antigo e o novo, conduzindo à adoção de uma lógica excludente com respeito à produção do espaço, com prejuízo para aquilo que diz respeito ao passado – e que se aplica, obviamente, também em nossa relação com o tempo –, é necessário compreender que:

[...] de um estudo feito com amplitude de visão, com exata cognição das reais exigências da construção urbana e dos meios à sua disposição, com afeto sincero para com a arte e as memórias cidadinas, não apenas é quase sempre possível encontrar um acordo entre as duas ordens de critério dando a cada uma racionalmente o seu campo de ação, mas não raramente também se chega a fazer de tal forma que, das próprias dificuldades, surja a solução lógica e viva, pensada e genial, distante da vulgar e fácil aplicação de disposições geométricas boas (ou mais facilmente ruins) para todos os casos e para todos os lugares [...]. (Giovannoni, 2013, p. 97).

Neste sentido, consideramos que de um olhar diferenciado para a questão patrimonial – atento notadamente ao caráter que ela assume em nossa época e ao diagnóstico que ela nos fornece sobre nossa condição presente – podem surgir algumas lições úteis à efetiva subversão da lógica dominante, contribuindo para que também seja repensada a forma de nos relacionarmos com o tempo e vivenciarmos a urbanidade.

A preservação patrimonial urbana: uma visão além dos sítios e instrumentos de proteção

Ao pensarmos por um instante na questão da preservação do patrimônio de uma maneira geral, essa muito provavelmente se verá relacionada diretamente a um desejo manifestado pelas distintas sociedades do planeta de protegerem e transmitirem à posteridade os bens que consideram representativos de sua identidade, a fim de que essa possa ser conservada em sua essência no decorrer do tempo. No entanto, debruçando-nos sobre a mesma questão com maior profundidade, a veremos, hoje, especialmente relacionada a uma certa inquietação e a um certo temor apresentados pelas mesmas sociedades com respeito a certas condições que caracterizam a contemporaneidade em que vivemos, explicitadas, por exemplo, nas considerações de Bauman e Berman apresentadas na introdução deste trabalho.

Hartog (2009, p. 151), que nos auxilia a desenvolver essa visão mais aprofundada, nos dirá, pois, do surgimento de uma verdadeira onda patrimonial na França de meados da década de 1970, reforçada durante a década de 1980 com a ampliação dos discursos sobre a noção de identidade. Trata-se de uma onda que em seu juízo representa, na realidade, uma evidência de que àquela época encontrávamo-nos já em parte desorientados em nossa relação com o tempo e, conseqüentemente, imersos já na crise temporal que se estende até os dias atuais. Ao analisarmos a atenção então concedida a essa identidade, é possível, afinal, entendermos que:

[...] trata-se mais de uma identidade que se reconhece como inquieta, que corre o risco de se apagar ou que já está muito esquecida, obliterada, reprimida - de uma identidade em busca de si própria, para exumar, montar, ou até mesmo inventar - do que uma identidade evidente e segura de si. (Hartog, 2009, p. 195).

Choay (2006, p. 247), ao abordar simultaneamente as dimensões material e simbólica das práticas ligadas à preservação no contexto daquela que, por sua vez, define como uma síndrome patrimonial de nossa época, fornecerá diagnóstico semelhante avaliando que:

Pode-se, com efeito, interpretar essa profunda necessidade de uma auto-imagem (*sic*) forte e consistente como uma maneira, encontrada pelas sociedades contemporâneas, de lidar com transformações que elas não dominam nem a profundidade, nem o ritmo acelerado, e que parecem questionar sua própria identidade. A adição de cada novo fragmento de um passado longínquo, ou de um passado próximo que mal acaba de "esfriar", dá a essa figura narcisista mais solidez, precisão e autoridade, torna-a mais tranquilizadora e capaz de conjurar a angústia e as incertezas do presente. (Choay, 2006, p. 241).

Adotando um raciocínio consoante aos dos dois autores, o historiador da cultura Robert Ewinson também ponderará, de sua parte, que:

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e

coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de seqüência (*sic*) para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada (Hewinson *apud* Harvey, 2003, p. 85).

Deste modo, é possível então considerarmos que o patrimônio - ou, igualmente poderíamos dizer, sua preservação - atua, hoje, particularmente como uma espécie de *espelho* - concepção que a própria Choay, a propósito, elaborará -, ao qual as sociedades recorrem com o intuito de se autoafirmarem em meio às inseguranças sentidas com respeito a suas próprias identidades (Choay, 2006, p. 241). Tal preservação, logo, assume um caráter mais defensivo que construtivo e, além disso, reflete "o acontecimento traumático que a cultura do patrimônio nos ajuda a conjurar e ocultar" (Choay, 2006, p. 251), correspondente à progressiva eliminação "dessa dimensão antropológica que é a competência de edificar" (Choay, 2006, p. 251), compreendida como

[...] a capacidade de articular entre si e seu contexto, com a mediação do corpo humano, elementos cheios ou vazios, solidários e jamais autônomos, cujos desdobramentos na superfície da Terra e na duração têm um sentido tanto para aquele que edifica quanto para aquele que habita. (Choay, 2006, p. 250).

No que se refere especificamente à questão da preservação patrimonial urbana, compreendemos que de sua parte evidencia, pois, para além da atribuição de um valor ou conjunto de valores aos ambientes tradicionais, uma preocupação com os rumos da cidade e da experiência urbana que, indo mais a fundo, consiste em uma preocupação com o enfraquecimento ou mesmo a perda dos elos que estabelecem nossa "pertença à terra dos vivos" (Choay, 2006, p. 252). Tais elos que correspondem, em síntese, à nossa conexão às dimensões espacial e temporal da existência, vivenciada com nosso corpo e ameaçada, afinal, pela tendência à gradativa eliminação da dimensão humana na construção dos novos espaços citadinos.

Porém, se por um lado essa condição representa um problema, por outro contém também parte da solução, fazendo com que a preservação patrimonial passe a atuar, assim, igualmente como uma espécie de *bússola*. Neste caso, adotamos a concepção de que, reconhecendo o papel assumido pela preservação patrimonial na atualidade e a perda que essa preservação auxilia a revelar, nos tornamos aptos a identificar as orientações fornecidas por ambos, que fundamentalmente nos conduzem à promoção do resgate das relações corpo-a-corpo: entre o corpo humano e o corpo patrimonial. Assim,

Ao primeiro, cabe mobilizar e pôr (*sic*) em alerta todos os seus sentidos, restabelecer a autoridade do tato, da cenestesia, da cinestesia, da audição e do próprio olfato, e recusar ao mesmo tempo a hegemonia do olho e as seduções da imagem fotográfica ou digital. Ao segundo, caberia um papel propedêutico: fazer com que sejam aprendidas ou reaprendidas as três dimensões do espaço humano,

suas escalas, articulação, contextualização, na duração de travessias, incursões e percursos comparáveis ao *saber de cor* da memória orgânica, agora desprezados pela instituição escolar, que permitiam aos estudantes de outrora apropriar-se de seu patrimônio literário. (Choay, 2006, p. 256-257, grifo da autora).

Meneses, indo ao encontro da indicação de Choay, proporá, por seu turno, que

{...} para compreender a cidade como bem cultural, é preciso enfrentá-la simultaneamente nas três dimensões. O bem cultural tem matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, das ideologias, expectativas, mentalidades, etc. Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. Afinal, a corporalidade é base de nossa condição humana. Além disso, não sendo os significados derivados de nossa constituição genética, nem tendo natureza estável, mas sendo produto de escolha e, portanto, historicamente instituídos, mutáveis e diversificáveis, não são nas coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. São nas forças que geram os interesses e nos conflitos que podem opô-los uns aos outros e nos jogos variados de proposição, imposição ou negociação que encontraremos as chaves pelas quais certos atributos geométricos e físico-químicos (os únicos imanentes) das coisas permitem sua mobilização a serviço do sentido. Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio.

Isto abarca a necessidade primordial de assumirmos, em definitivo, o que já propunha Giovannoni, isto é, a possibilidade de uma coexistência harmoniosa entre a preservação das características tradicionais dos antigos sítios e o desenvolvimento urbano. E, para seu alcance, além das indicações contidas neste trabalho, há também aquelas contidas em documentos formulados para tal fim, entre os quais recomendações como a de Nairobi - relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, elaborada 1976 - e cartas como a de Washington - dedicada à salvaguarda das cidades históricas, datada de 1987 - e a de Burra - voltada à conservação e à gestão de lugares de significância cultural, elaborada primeiramente em 1979 e revisada pela última vez em 2013 -, nas quais são encontradas valiosas orientações sobre como abordar e adotar soluções apropriadas em relação à questão.

Por fim, resta a pergunta se, de fato, "Será tudo isso possível algum dia?" (Giovannoni, 2013, p. 177), feita pelo engenheiro italiano e que nós também nos colocamos com respeito à efetiva implementação das medidas necessárias à apropriada preservação do patrimônio urbano em nossa época. Optamos por manter, em uma postura esperançosa, a resposta que o próprio Giovannoni formula, dizendo que:

Esperemos que sim, pela beleza de nossas cidades gloriosas, variadas de aspecto assim como de recordações históricas, que devem manter o seu caráter e a sua poesia, sem que a vulgaridade que tudo iguala as atinja. Muito pode ainda ser salvo. Ainda pode aflorar à mente a ideia que, enquanto novíssimas aglomerações de edifícios se estendem longe pelos doces campos em bonitos bairros alegrados pelo verde e pelo sol, no interior das cidades tão vividas, a ciência e a arte moderna possam unir-se exatamente para despertar, não para violar, a "alma dos séculos". (Giovannoni, 2013, p. 177).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, visamos apresentar algumas discussões acerca da forma como a sociedade contemporânea estabelece e caracteriza suas relações com o tempo, a urbanidade e o patrimônio, notadamente aquele de caráter urbano, abarcando também uma discussão sobre as inter-relações existentes entre esses três elementos. Assim, em síntese, com respeito ao tempo, vimos que há a predominância do regime presentista, no qual há uma espécie de afogamento dos indivíduos no presente e um simultâneo enfraquecimento das relações desses indivíduos com as dimensões temporais do passado e do futuro. Quanto à urbanidade, constatamos que atualmente sofre os efeitos da disseminação de uma urbanização de caráter genérico, que não fomenta a criação de lugares e contribui para o enfraquecimento da experiência urbana, bem como para o processo de desinvenção da cidade tal como concebida até algum tempo atrás. Por último, em se tratando do patrimônio, vimos que tem sua preservação associada, na atualidade, particularmente a uma preocupação das sociedades com sua identidade, contínua e crescentemente ameaçada por fatores relacionados às condições relativas ao tempo e à urbanidade acima mencionadas.

Atentando, porém, para o papel propedêutico desempenhado pelo patrimônio, neste trabalho buscamos também enfatizar sua importância como potencial fator de transformação dessas condições, incluindo-se aquelas referentes ao próprio campo patrimonial. Defendemos, para tanto, a necessidade de uma efetiva sensibilização em relação à possibilidade de conciliação entre as demandas daquelas que Giovannoni designava como Vida e História – correspondentes, respectivamente, à dinâmica contemporânea e ao respeito pelos testemunhos do passado. Essa sensibilização deve estar associada ao reestabelecimento de um contato mais próximo dos indivíduos com os espaços da cidade, englobando os ambientes tradicionais e o patrimônio neles presentes e por eles conformados. Assim, acreditamos ser possível gradativamente alcançar, seja no que diz respeito ao patrimônio, à urbanidade e à própria experiência do tempo, a substituição de uma lógica pautada na aniquilação por outra pautada na articulação, na qual cada indivíduo possa, enfim, encontrar-se plenamente integrado com a dimensão total de sua existência.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Rediscutindo alguns aspectos da preservação do patrimônio urbano**: a cidade como palimpsesto e a estratificação dos sítios de valor histórico-artístico. In: SIMPÓSIO DO SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 10, 2008, Recife. **Anais [...]**. Recife: MDU-UFPE, 2008.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CABRAL, Renata Campello. **A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. 2013. 198 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2006.
- FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário contemporâneo. São Paulo: SESC/Annablume: FAPESP, 1997.
- GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovannoni**: Textos escolhidos. Organização de Beatriz Mugayar Kühl. Vários apresentadores. Tradução de Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. (Coleção Artes & Ofícios).
- GIOVANNONI, Gustavo. L'Ambiente dei Monumenti. In: GIOVANNONI, Gustavo. **Questioni di Architettura nella Storia e nella Vita**: edilizia - estetica architettonica - restauri - ambiente dei monumenti. Roma: Biblioteca d'Arte Editrice, 1929. p. 187-212.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção história e historiografia).
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARINETTI, Filippo. **Manifesto futurista**. Paris, 1909. [20--]. Disponível em: <https://comaarte.files.wordpress.com/2013/06/manifesto-do-futurismo.pdf>. Acesso em: dez. 2023.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de *et al.* A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. In: **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 33-76.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas (Conferencia Magna). In: FORUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1, 2009, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto: IPHAN, (2009).
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- MONGIN, Olivier. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. Tradução: Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.